

9

SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL



Saúde Pública e Bem-Estar Social

Aumentar e aperfeiçoar a qualidade dos serviços de saúde e as medidas preventivas, bem como melhorar as instalações hospitalares e suas congéneres e garantir e promover um bom nível da saúde de toda a população, tem sido, desde sempre o objectivo do trabalho desenvolvido pelo Governo da RAEM. Os Serviços de Saúde têm-se dedicado desde sempre à rapidez na construção das instalações, à aquisição de equipamentos, à melhoria do sistema, à beneficiação dos serviços médicos e à expansão de recursos de saúde a nível comunitário.

O reforço na construção dos serviços sociais, o empenho na garantia e melhoria da qualidade de vida da população, o apoio às classes mais desfavorecidas, a construção de famílias harmoniosas, e a vida comunitária fazem parte integrante da política de serviço social do Governo da RAEM. É de sublinhar o empenho que o Governo da RAEM tem dedicado ao apoio dos indivíduos, famílias e classes desfavorecidas, que atravessem uma situação difícil, na sua recuperação e na sua função social, no desenvolvimento das suas capacidades e na melhoria da sua qualidade de vida.

Saúde Pública

O nível de saúde da RAEM é semelhante ao da maioria dos países e regiões desenvolvidos. Segundo as estatísticas da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, em 2016, o rácio médico, enfermeiro e cama por residente de Macau era 2,7 por mil habitantes, 3,6 por mil e 2,5 por mil, respectivamente. A taxa de mortalidade em 2016 foi de 3,4 por mil habitantes e a de mortalidade infantil de menos de um ano de idade foi de 1,7 por mil. A esperança de vida situou-se nos 80,3 anos para o sexo masculino e 86,4 anos para o sexo feminino, no período entre 2013 e 2016, ou seja valores equiparados aos países desenvolvidos.

Segundo a 10.^a Edição da Lista de Classificação Internacional de Doenças (CID-10), as principais causas de mortalidade em Macau, em 2016, foram os tumores malignos (36,6 por cento), a que se seguiram as doenças cardiovasculares (24,4 por cento) e as doenças do sistema respiratório (17 por cento).

Direcção dos Serviços de Saúde

A Direcção dos Serviços de Saúde (DSS) tem por missão assegurar a saúde dos residentes, através da coordenação das actividades das entidades públicas e privadas da área da saúde, e da prestação de cuidados de saúde diferenciados e primários, bem como da execução das acções necessárias à prevenção da doença e à promoção da saúde.

Garantia da Assistência Médica

O Governo da RAEM investiu, na área da saúde e na da assistência médica, os recursos suficientes, optimizando continuamente os serviços médicos e aperfeiçoando as diversas instalações de saúde. Em 2016, as despesas da DSS atingiram os 6,31 mil milhões de patacas, registando-se um aumento na ordem dos 7,19 por cento em relação ao ano de 2015.

O Governo da RAEM assume a maior parte dos encargos com os cuidados de saúde prestados, de forma que os residentes de Macau gozem da garantia de uma assistência médica relativamente completa. Todos os residentes legais de Macau, independentemente da sua idade e profissão, que sejam assistidos nos centros de saúde, ou que sejam transferidos para o Centro Hospitalar Conde de S. Januário, podem receber assistência médica gratuita. Os não-residentes de Macau, que façam uso dos serviços dos centros de saúde, devem pagar as consultas e outros serviços disponíveis segundo as normas estabelecidas pelos Serviços de Saúde. Os serviços prestados pelo Centro Hospitalar Conde de S. Januário são todos pagos, excepto aqueles que se encontrem cobertos por situações especiais, definidas pelo Governo. Contudo os residentes de Macau gozam de 30 por cento de redução ou isenção nas despesas médicas. O Hospital presta também serviços de assistência médica gratuita, nomeadamente aos residentes da RAEM em dificuldades económicas.

Existem ainda os serviços de saúde não-governamentais incluindo os prestados pelas entidades que aceitam o apoio financeiro do Governo e de associações, como o Hospital Kiang Wu, a Clínica dos Operários da União das Associações de Operários de Macau, a Clínica da Associação de Beneficência Tung Sin Tong, e outras clínicas e laboratórios privados.

Cuidados de Saúde Diferenciados Especializados

O Centro Hospitalar Conde de S. Januário é um hospital moderno com instalações e equipamentos avançados e com acreditação internacional de sistema de gestão da qualidade, onde actualmente funcionam os seguintes serviços: Internamento, Consulta Externa, Urgência, Bloco Operatório, Unidade de Cuidados Intensivos, Unidade de Cuidados Intensivos Coronários, Unidade de Queimados, Medicina Física e de Reabilitação, Hemodiálise e Diálise Peritoneal, Imagiologia, Laboratórios, Hemato-oncologia, entre outros, compreendendo um total de 92 valências médicas.

Segundo estatísticas de 2016 divulgadas pelos Serviços de Saúde, o Centro Hospitalar Conde de S. Januário contava com 347 médicos, 1024 enfermeiros, 906 camas (incluindo 795 do Serviço de Internamento e 111 de outras unidades hospitalares). O número total dos utentes do Serviço de Consulta Externa atingiu os 392.431, os Serviços de Urgência registaram 305.512

doentes e foram internados 21.274 indivíduos. A taxa de ocupação das camas foi de 79,35 por cento, sendo de 10,77 dias o tempo médio da sua ocupação por utente. O número dos utentes em tratamento no regime de hospital de dia foi de 42.727, enquanto o número referente às assistências de operações e aos partos foram, respectivamente de 7385 e 3715. Registou-se um total de 5.392.782 diagnósticos e de exames complementares de terapêutica.

Cuidados de Saúde Primários

Para alcançar o objectivo promovido pela Organização Mundial de Saúde “Que todos gozem de cuidados de saúde”, os Serviços de Saúde estabeleceram centros de saúde nas diversas zonas de Macau, tendo criado a rede de cuidados de saúde primários da RAEM, com os centros de saúde como unidades básicas. Assim, cada residente pode usufruir deste tipo de cuidados de saúde primários prestados pelos centros de saúde, perto da sua residência.

Actualmente estão a funcionar na RAEM sete centros de saúde e três unidades de saúde pública, que prestam aos residentes os seguintes serviços: Cuidados de saúde de adultos, Cuidados de saúde infantil, Medicina oral e estomatologia, Cuidados de saúde escolar, Cuidados de saúde de grávidas, Planeamento familiar, Cuidados de saúde das mulheres, Serviços de medicina chinesa e acupunctura, Aconselhamento psicológico, Consulta do tabagismo, Rastreio auditivo dos recém-nascidos e exames físicos, entre outros.

No final de 2016, um total de 153 médicos (incluindo médicos de medicina ocidental, médicos de medicina tradicional chinesa e dentistas) e 191 enfermeiros trabalhavam no sector de cuidados de saúde primários. Relativamente à consulta externa, registou-se um número de 767.015 utentes. Das consultas externas registadas, a maioria foi de cuidados de saúde de adultos (37,20 por cento), seguindo-se consulta externa (22,74 por cento) e os cuidados de saúde infantil (11,28 por cento).

Colaboração com Organismos Médicos sem Fins Lucrativos

O Governo da RAEM, através da colaboração com vários organismos médicos sem fins lucrativos, presta serviços de cuidados de saúde diferenciados (internamento, urgência, cirurgias cardíaca, etc.), clínica geral odontológica da medicina tradicional chinesa e ocidental, serviços de reabilitação, cuidados de saúde domiciliários, rastreio do cancro do colo do útero, serviço de aconselhamento psicológico, serviço de transporte para doentes, aplicação de selante em fissuras e limpeza e cura periodontal, entre outros serviços, desenvolvendo também as actividades relativas à educação para a prevenção e tratamento da HIV e à promoção da vida livre de tabaco.

A partir de 2009, o Governo da RAEM lançou o “Programa de Participação nos Cuidados de Saúde”, reforçando, através de atribuição do vale de saúde a cada residente permanente de Macau, a consciência da população para os cuidados de saúde, com vista a subsidiar as despesas médicas dos residentes e promover o desenvolvimento de unidades privadas de saúde.

Saúde Pública e Prevenção de Doenças

De acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), a Direcção dos

Serviços de Saúde desenvolve, de forma ininterrupta, o trabalho regular de supervisão sobre doenças, reforçando o trabalho de prevenção e resposta face à eventual eclosão de surtos de febre de dengue, enterovírus e gripe sazonal. Intensificaram-se ainda a vigilância do HIV e a educação para a sua prevenção, bem como as medidas de intervenção destinadas aos grupos de alto risco de tuberculose, optimizando-se o sistema preventivo de doenças nos postos fronteiriços e aperfeiçoando-se o mecanismo de prevenção conjunta regional através da cooperação com as regiões vizinhas.

O Governo da RAEM aposta fortemente na prevenção das doenças crónicas através da Comissão para uma Cidade Saudável e da Comissão de Prevenção e Controlo das Doenças Crónicas, organizando actividades promotoras de saúde junto de escolas, edifício saudável e controlo de tabagismo, apelando para um estilo de vida saudável.

Em 2016, registaram-se, no total, 9064 casos de doenças contagiosas de declaração compulsiva, em primeiro lugar, foram declarados 3777 casos de infecções por enterovírus. Seguidamente, foram declarados 3309 casos de gripe e 529 casos de varicela. Foram registados ainda 11 casos da Febre de Dengue importados. Houve um caso local de H7N9. Foram registados no total 45 casos de infecção por HIV e nenhum caso de SARS do Médio Oriente ou do Vírus Ébola.

Para assegurar a segurança da saúde pública, o Laboratório de Saúde Pública efectua análises químicas e microbiológicas de qualidade aos produtos alimentares, à qualidade da água e dos de medicamentos e de outras espécies de amostras clínicas, bem como procede ao diagnóstico de doenças transmissíveis. Em 2016, o Laboratório recolheu um total de 91.754 amostras de diferentes tipos e efectuou 319.951 análises.

Controlo do Tabagismo

A Lei n.º 5/2011 - "Regime de prevenção e controlo do tabagismo" entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2012. A Direcção dos Serviços de Saúde, através de meios diversificados, designadamente a legislação e a execução da lei, a educação, a divulgação de informações, bem como o encorajamento de desabituação tabágica, tem implementado, de forma faseada, medidas de controlo do tabagismo. Relativamente à execução da lei de controlo do tabagismo, em 2016 foram efectuadas inspecções a 315.014 estabelecimentos e o número total de acusações formuladas atingiu as 6803.

Recolha de Sangue

Em Macau aplica-se a política de doação de sangue voluntária, anónima e não remunerada. Compete ao Centro de Transfusões de Sangue fornecer sangue seguro e componentes de sangue, e em quantidade suficiente, aos doentes de Macau, que tenham necessidade de transfusões. Em 2016, contaram-se 13.592 indivíduos inscritos para doar sangue e o Centro de Transfusões recolheu 14.137 unidades de sangue, tendo sido preparado e dividido em 38.590 unidades de diferente composição sanguínea, que beneficiaram 3267 pacientes.

Assuntos Farmacêuticos

Até finais de 2016, havia 29.825 medicamentos genéricos ocidentais autorizados pelos Serviços de Saúde em circulação no mercado local. Destes, 9366 não exigiam receita médica e 18.769 necessitavam de prescrição obrigatória, enquanto 1690 eram de uso hospitalar exclusivo. Na mesma altura, os compostos de medicina tradicional chinesa aprovados pelos Serviços de Saúde, totalizavam 7445 tipos. Estavam registados nos Serviços de Saúde 515 farmacêuticos e 234 assistentes técnicos de farmácia. Estes serviços emitiram licenças de importação, de exportação e de retalho a 128 firmas, 258 farmácias, 133 farmácias chinesas, 15 agências farmacêuticas e 11 unidades de produção de medicamentos.

Actividades Privadas de Prestação de Cuidados de Saúde

Até 2016, o número de licenciamentos dos profissionais de prestação de cuidados de saúde inscritos na DSS foi de 3243, funcionando em Macau 319 estabelecimentos de serviços de cuidados de saúde primários e quatro hospitais, tendo sido emitidas 3566 licenças para o exercício de actividades privadas de prestação de cuidados de saúde, o que significa um aumento de 3,72 por cento em relação ao ano de 2015. O número dos estabelecimentos de serviços de cuidados de saúde primários aumentou em 2016 para 319, mais 11 do que no ano anterior, o que traduziu um aumento de 3,57 por cento. Relativamente aos licenciamentos atribuídos, verificou-se um maior aumento nos médicos de medicina tradicional chinesa (48), nos médicos de medicina ocidental (39) e nos terapeutas (29).

Hospital Kiang Wu

O Hospital Kiang Wu é uma instituição de saúde não-governamental, na dependência da Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu. Fundado no 10.º ano do reinado do imperador Tong Zhi da dinastia Qing (1871), tem um historial de 145 anos. Sendo um hospital de caridade fundado e administrado por chineses, o Hospital Kiang Wu prossegue uma gestão específica, e dedica aos seus pacientes todas as prioridades num ambiente de conforto e atenção redobrada. Actualmente, o Hospital Kiang Wu é um hospital polivalente, desempenhando simultaneamente funções de serviços médicos, prevenção de doenças, ensino e investigação, possuindo, neste momento, uma moderna gestão informatizada. Contava em 2016, com 1973 trabalhadores, dos quais 359 médicos, 583 enfermeiros, 328 técnicos e 703 outros trabalhadores.

O Hospital dispõe dos seguintes serviços: Serviços de Urgência, Serviços de Consulta Externa, Serviços de Internamento, Serviços de Cuidados Médicos Críticos (ICU/CCU) e Cuidados Primários Neo-natais (NICU/SBU) e vários centros. Dispõe, ainda, entre outras, das seguintes secções clínicas: Medicina Interna, Cirurgia, Obstetria/Ginecologia, Pediatria, Urgência, Otorrinolaringologia - Cirurgia da Cabeça e do Pescoço, Oftalmologia, Dermatologia, Odontologia, Recuperação Física, Medicina Tradicional Chinesa, Exame de Saúde Compreensivo, Oncologia, Anestesiologia, para além de serviços de apoio: Radiologia, Farmácia, Patologia e Laboratório. Em Agosto de 2009, foi inaugurado o Edifício Henry Fok de Serviços de Especialidade, estando nele instalados vários serviços de consulta externa.

O Hospital Kiang Wu tem quatro unidades de consulta externa e dois serviços de urgências, localizados na península de Macau e na ilha da Taipa, tendo estas atendido, em 2016, mais de 1.289.000 doentes na urgência, numa média diária de 3902 pacientes. Os Serviços de Urgência atenderam durante o ano 1.160.000 pacientes, numa média diária de cerca de 3501 utentes. A unidade de consultas externas e urgência da clínica da Taipa atendeu 128 mil pacientes, numa média diária de cerca de 401 utentes. O número de doentes recuperados foi de 30.400.

Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia

O Hospital da Universidade, na dependência da Fundação Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, é um moderno complexo hospitalar, ambivalente, sendo também a base da clínica pedagógica da Faculdade de Medicina Chinesa e da Faculdade de Ciências da Saúde da UCTM.

O Hospital da Universidade dispõe de valências de consulta externa da medicina ocidental e chinesa, além de dispor de vários centros clínicos e serviço de qualidade, nomeadamente:

Centro Médico Internacional, Centro Clínico de Especialistas do Instituto de Medicina Tradicional Chinesa, Centro Internacional de Gestão de Saúde, Centro de Tratamento de Reabilitação Compreensivo, Centro de Gestão de Desordem do Sono, Centro de Diagnóstico Médico por Imagem, Centro de Diagnóstico de Laboratório Clínico, Centro de Endoscopia, Serviços de Tratamento de Cancro Abrangentes, Sala ECG, Salas de Cateter Intervencionista. Salas de Cirurgia, Unidade de Terapia Intensiva, Serviço de Internamento. Em 2016, foi criado no Hospital o Centro de Hemodiálise, disponibilizando 42 camas. Os serviços de internamento do Hospital dispõem de 60 camas, distribuídas em quartos duplos, quartos particulares e quartos de luxo.

Higiene Ambiental

A recolha de lixos é uma das atribuições principais do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), mas também melhorar o panorama da RAEM, manter a sua limpeza e o seu ordenamento. O IACM continua a colocar contentores com compressores de lixo e a construir depósitos de lixo fechados para substituir os contentores de lixo de rua, melhorando o problema ambiental originado pelos antigos contentores. A par disso, o Instituto responsabiliza-se pelo tratamento das queixas relativas à higiene ambiental, inspeção, fiscalização de empresas de limpeza, gestão do aterro de resíduos da construção civil, melhoria dos depósitos de lixo e sua distribuição, organização de campanhas de limpeza para consciencializar a população para a problemática da higiene ambiental, gestão das casas de banho públicas, prevenção de pestes, entre outros. Em 2016, o IACM tratou 10.582 casos relacionados com as reclamações da higiene ambiental. As reclamações estão relacionadas geralmente com o lixo amontoado em sítios de obras de construção e edifícios desocupados, água que pinga dos ares condicionados, problemas relativos a estações de lixo, peste, ocupação do espaço público, fumos de exaustores, transbordo de águas residuais nas ruas, ruído, entre outras.

Cemitérios

Em Macau existem seis cemitérios públicos: Cemitério de S. Miguel Arcanjo, Cemitério de N.ª Senhora da Piedade, Cemitério Municipal de Sa Kong da Taipa, Cemitério Municipal do Carmo da Taipa, Cemitério Municipal de Coloane, Cemitério de Va Ian de Coloane e também existem 11 privados: Cemitério dos Parsees, Cemitério Protestante de Macau, Cemitério Novo de Mong-Há, Cemitério Islâmico de Macau, Cemitério de Kai Fong da Taipa, Cemitério de Pao Choc, Cemitério Budista, Cemitério Unido das Associações de Coloane, Cemitério de Hác Sá de Coloane, Cemitério de Ká-Hó, Cemitério Son I de Coloane.

O IACM é responsável pela gestão dos cemitérios públicos e pela fiscalização dos cemitérios privados. Em Setembro de 2014, o IACM passou a disponibilizar serviços de cremação de ossadas e em Setembro de 2015 o serviço de sepultura verde. Em 2016, o IACM cremou 90 ossadas e disponibilizou 36 sepulturas verdes.

Sanitários Públicos

Através de diversas medidas, o IACM aperfeiçoou e optimizou tanto a distribuição como a qualidade dos serviços de sanitários públicos da RAEM. Presentemente o IACM gere 77 sanitários públicos fixos e três itinerantes, espalhados em diferentes bairros, estando aberto ao uso gratuito tanto dos residentes como dos visitantes.

Protecção Ambiental e Higiene da Cidade

Centro de Informação de Protecção Ambiental

Em Macau existem dois centros destinados à informação ambiental: o da Colina de Mong-Há e o do Jardim da Flora. Estes centros destinam-se a divulgar, junto dos residentes conhecimentos sobre a protecção ambiental e proporcionam um espaço de interacção, intercâmbio e aprendizagem, como forma de cativar a população para, através da educação e divulgação, participarem na protecção ambiental.

Terraço Ecológico

Para reforçar a educação ecológica, a redução de desperdício de recursos e alertar a população para a temática, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais criou no terraço do Mercado Abastecedor de Macau o "Terraço Ecológico" que foi aberto a 24 de Abril de 2010 e que aceita visitas desde que pré-marcadas.

"Amigos da Cidade", o Voluntariado

O IACM criou, em Novembro de 2012, um grupo de voluntários - "Amigos da Cidade", para desempenharem o papel de embaixadores na divulgação e na promoção da limpeza ambiental urbana e da protecção e segurança alimentar, para que possam divulgar, junto da população, dos turistas e dos estrangeiros residentes em Macau, informações sobre a manutenção de

limpeza da cidade, a redução dos resíduos, bem como o respeito pelos diplomas legais de Macau respeitantes à saúde pública.

Para que os voluntários “Amigos da Cidade” conheçam os costumes dos residentes de diferentes comunidades de Macau, o IACM organizou, em 2016, cursos de formação e actividades de intercâmbio para o grupo, por isso têm participado frequentemente nas actividades, visando criar a plataforma de intercâmbio entre os voluntários e os estrangeiros, de forma a facilitar a divulgação de informações da limpeza urbana junto de todos.

Granja do Óscar

A Granja do Óscar entrou em funcionamento no decorrer da Semana Verde de Macau em 2005, é a única unidade com agricultura biológica em Macau, tem uma superfície total de 133.868 metros quadrados, e cultiva os seus produtos agrícolas em modo biológico. A granja disponibiliza um albergue e uma zona de campismo, e espaços para a realização de actividades ao ar livre, além de um alpendre com artesanato. No espaço de lazer e entretenimento, a Granja do Óscar dispõe de jogos de xadrez, casa de chá, oficina de artesanato, jogos de grupo, circuito de manutenção física, parque infantil de diversões, zona de churrasco e o terreno de cultivo orgânico, proporcionando um ambiente de contacto com a natureza que serve ao mesmo tempo de formação e de lazer para os residentes de Macau. Em 2016, a Granja do Óscar recolheu cerca de 400 toneladas de resíduos orgânicos, como ramos de árvores e de cercas e com eles, após selecção, britagem e pulverização, conseguiu 240 toneladas de adubo natural. Produziu também 72 toneladas de adubo composto, misturado com estrumes de animais, para ser utilizados como adubo orgânico na agricultura biológica do Campo de Cultivo de Hác-Sá.

Granja da Alegria

A Granja da Alegria, em Hác-Sá, explorada pelo IACM foi inaugurada em 2016, e é um oásis multifuncional, dentro da malha urbana, com uma área total de cerca de 5972 metros quadrados. Através de visitas, experiência de cultivo agrícola e actividades educativas, promove-se o intercâmbio entre residentes comunitários e associações. Por um lado, o campo constitui uma sala de aula diversificada ao ar livre onde os residentes podem ter experiências ligadas à agricultura, aprender a cultivar, experimentar a vida ao ar livre e contactar com a natureza, promovendo uma vida natural. Por outro lado, promove-se a reciclagem e o bom aproveitamento dos recursos orgânicos urbanos, no sentido de transformar resíduos de cozinha e outros resíduos em recursos úteis para a arborização do ambiente, cultivar o solo e aproveitar a água, melhorando a qualidade ambiental.

Semana Verde

A 35.ª edição da “Semana Verde de Macau”, organizada pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, com a colaboração de várias associações, nomeadamente, da Federação das Associações dos Operários de Macau, da União Geral da Associação dos Moradores de Macau e da Associação Geral das Mulheres de Macau, decorreu entre os dias 12 e 21 de Março com o tema “Cidade Verde, Lar Carismático”. Durante dez dias consecutivos, decorreram mais de

30 actividades com a participação aproximada de 51 mil pessoas. O “Canteiro com Elementos Portugueses - Canteiros de Flores de Grande Dimensão” exibido na Praça do Tap Seac, teve uma duração de mais de seis meses. Ao mesmo tempo, foram exibidas as instalações verdes ao público, em quatro locais de Macau e organizadas uma série de actividades educacionais. A “Marcha da Semana Verde e a Plantação de Árvores 2016” deu início em 20 de Março no Parque Seac Pai Van, permitindo assim ao público uma participação pessoal. No mesmo dia, mais de 1000 pés de árvores foram plantados, enriquecendo a flora, mas também constituindo uma corredor de prevenção de incêndios florestais, reduzindo eficazmente o impacto de eventuais riscos de incêndio. Desde a primeira edição da Semana Verde, a entidade organizadora plantou, cumulativamente 3000 manguerais na costa.

Higiene Alimentar

A legislação vigente em Macau prevê que a maior parte dos alimentos destinados ao consumo humano (sobretudo de origem animal e vegetal) devem ser obrigatoriamente inspeccionados, apenas podendo ser comercializados no mercado aqueles que tenham sido submetidos a controlo sanitário e obedeçam às normas de consumo fixadas pelas autoridades locais.

O IACM envia inspectores aos diversos pontos destinados para o efeito, como a estação de inspecção das Portas do Cerco, o Posto Fronteiriço da Ponte Flor de Lótus, a estação de inspecção da Ilha Verde, o mercado abastecedor, o Matadouro de Macau, os cais, o porto de águas profundas, o aeroporto, bem como a outros pontos de inspecção, para inspeccionarem e exercerem o controlo sanitário sobre os animais domésticos, carne, verduras, frutas, produtos aquáticos, produtos derivados de animais e plantas perecíveis.

O IACM tem reforçado a fiscalização da qualidade dos produtos alimentícios, aumentando o número de amostras aos animais e aos alimentos importados, a fim de impedir a propagação de doenças contagiosas em Macau. Para o efeito, todos os produtos alimentícios importados (incluindo os vegetais, três tipos de aves domésticas, peixes, carne fresca e congelada, ovos, frutas, enlatados, entre outros) devem ser sujeitos a inspecção e controlo sanitário e a testes para verificar insecticidas residuais; e sobre as aves domésticas, efectua-se o exame da gripe das aves. Ao IACM compete também fiscalizar a higiene e emitir licenças para os talhos, lojas de venda de vegetais e de produtos aquáticos, e, através da inspecção e avaliação regular da higiene dessas lojas, garantir a segurança e higiene dos produtos frescos e vivos que circulam no mercado.

O IACM assegura a segurança alimentar através de acções de inspecção, vistorias, testes alimentares e postos em circulação no mercado, e também efectua actividades promocionais e educativas, definindo critérios e instruções relativos à segurança alimentar nos termos da Lei da segurança alimentar.

Até 2016 foram definidos sete critérios relativos à segurança alimentar, o Regulamento Administrativo n.º 13/2013 “Limites máximos de resíduos de medicamentos veterinários nos alimentos” que entrou em vigor em Outubro de 2013, o Regulamento Administrativo n.º 6/2014 “Lista de substâncias proibidas de usar nos géneros alimentícios” entrou em vigor em Março de 2014, o Regulamento Administrativo n.º 16/2014 “Limites máximos de radionuclídeos nos

géneros alimentícios” entrou em vigor em Agosto de 2014 e o Regulamento Administrativo n.º 16/2015 “Limite de microrganismos patogénicos em fórmulas infantis para lactentes” que entrou em vigor em Outubro de 2015, o “Limite de microrganismos patogénicos nos alimentos lácteos” que entrou em vigor em Fevereiro de 2016, “Limites máximos de micotoxinas em alimentos” que entrou em vigor em Maio de 2016, e os “Requisitos relativos aos ingredientes nutritivos dos preparados para lactentes” que entrou em vigor em Fevereiro de 2017. No seguimento da legislação foram emitidas 42 directivas de segurança alimentar, orientando o sector para a segurança alimentar na produção e na comercialização.

Para reforçar a segurança alimentar, o IACM realiza, de forma regular, o teste aos géneros alimentícios vendidos no mercado. Em 2016, foram realizados três testes aos alimentos sazonais, nomeadamente aos alimentos festivos alusivos ao ano novo, o teste aos “bolinhos glutinosos” do “Festival do Barco Dragão” e o teste de bolos lunares, tendo todos obtido uma taxa de aprovação de 99 por cento, enquanto foram realizados quatro inquéritos especializados sobre géneros alimentícios, nomeadamente, o inquérito do teor microbiológico e aditivos alimentares nas sobremesas prontas a comer, o inquérito do teor de substâncias contaminantes nos alimentos e seus produtos derivados, o inquérito do teor de aditivos alimentares nas sopas pré-embaladas e nos cubos de caldo e o inquérito do teor de metal pesado e aditivos alimentares nos produtos aquáticos pré-embalados, tendo a taxa de aprovação da análise microbiológica, química e de níveis de radionuclídeos, atingido os 100 por cento. Relativamente ao inquérito sobre os alimentos normais existentes no mercado, foram recolhidas 2046 amostras para análise química e microbiológica durante o ano e a taxa de aprovação atingiu 99,7 por cento. Tendo em vista os resultados dos inquéritos, o IACM intensificou a vigilância e tomou medidas preventivas para reduzir os riscos alimentares.

Em resposta aos incidentes de segurança alimentar ocorridos em diversos lugares do mundo, o IACM procede a fiscalização e avaliação de riscos decorrentes destes incidentes, pelo que é imediatamente emitido um alerta alimentar ao sector para os riscos potenciais que aqueles incidentes possam representar para Macau. Em 2016, foram emitidos 55 alertas de segurança alimentar e também se procedeu ao serviços de envio de avisos de mensagens para os telemóveis sobre a segurança alimentar, ajudando o sector a tomar medidas concretas o mais cedo possível.

Ao longo do ano de 2016, o IACM efectuou actividades educativas e de intercâmbio sobre os riscos alimentares, tendo organizado 30 palestras para o sector alimentar, 22 colóquios e visitas, dez “Cursos para a Obtenção do Certificado Profissional de Aconselhamento na Segurança Alimentar”. Também realizou 356 palestras e serviços de visita guiada para os residentes, além de ter procedido à optimização da página electrónica e da aplicação móvel relativa à “Informação sobre Segurança Alimentar”. Ao mesmo tempo, empenhou-se em reforçar o conhecimento da sociedade sobre a segurança alimentar, através de diferentes meios de comunicação.

O IACM empenha-se ainda em reforçar a ligação estreita entre serviços, organizando visitas e promovendo intercâmbios com os Serviços de Alfândega, Serviços de Saúde, Serviços de Economia, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento, Serviços de Educação e Juventude, o Instituto de Acção Social e Conselho de Consumidores, assim como com os serviços congéneres das regiões vizinhas, para otimizar todo o trabalho de inspecção e controlo sanitário da higiene alimentar de Macau.

Sanidade Animal

O trabalho de inspecção relativo aos animais é uma parte importante na tarefa da prevenção e na doença dos animais e da salvaguarda da saúde pública. A Divisão de Inspeção e Controlo Veterinário subordinada ao IACM é responsável pela prevenção e tratamento das doenças nos animais na RAEM, tendo como principais competências: prevenir a contaminação, inspeccionar a sanidade tanto na importação como na exportação; emitir e gerir a emissão de licenças de comércio a retalho de aves domésticas e licenças para as actividades recreativas e comerciais de animais de estimação; promover a educação e divulgação sobre o bem-estar e a higiene animal; e emitir licenças para os animais.

Para prevenir a gripe das aves, o IACM recolhe restos mortais de aves selvagens, amostras de excrementos de aves migratórias, aves domésticas e aves nos aviários, amostras nos mercados de venda a retalho de aves domésticas vivas na RAEM, que foram todas submetidas ao teste do vírus da gripe das aves, não tendo sido detectado qualquer caso. Além disso, é rigorosamente observada a proibição de venda de aves vivas nos mercados de venda a retalho, e escrupulosamente cumprida a medida relativa ao abate de todas as aves vivas no mercado antes das 19h00. O IACM tem-se empenhado na transferência progressiva das casas de venda a retalho de aves domésticas fora dos mercados para o interior destes, restando, assim, actualmente apenas três casas de venda a retalho de aves domésticas a operar fora dos mercados, localizadas todas na península de Macau.

O IACM tem dois canis que atendem pedidos de licença de animais de estimação, procedem à inoculação da vacina de hidrofobia, tratamento veterinário, adopção de animais abandonados, inspecção e quarentena dos animais, emissão de certificados da saúde de animais, cremação de restos mortais, entre outros.

Para prevenir a raiva, o IACM procedeu, em 2016, à injeção da vacina com prazo de validade de três anos num total de 6894 animais de estimação, e emitiu 13.496 licenças de animais de estimação, capturando 351 cães vadios e 134 gatos vadios.

A partir de 2007, o IACM introduziu o "Plano TNR de Gatos Vadios", reduzindo gradualmente o número de gatos vadios, através do controlo da sua capacidade de procriação. Em 2016, 33 gatos foram esterilizados, introduzidos chips e marcados a ferro na orelha e, após terem recebido a vacina da raiva, foram soltos no local original de captura ou transferidos para local adequado. Até 2016, um total de 1907 gatos vadios foram integrados no "Plano TNR de Gatos Vadios".

Mercados

Presentemente, encontram-se em funcionamento nove mercados, sendo sete na península de Macau e os restantes dois nas ilhas da Taipa e de Coloane, com um total de 954 bancas de venda.

Em 2016, estavam arrendadas 828 bancas de venda, com 2128 indivíduos a exercer a sua actividade nos mercados, dos quais 892 são arrendatários e titulares de licença de tendas ambulantes de carácter temporário, 443 colaboradores e 793 são empregados. Compete ao IACM o controlo de mercados e fiscalização das actividades dos arrendatários.

Vendilhões

São da responsabilidade do IACM o controlo, a fiscalização e o licenciamento dos vendilhões da RAEM. O IACM procede à gestão das actividades de venda provisória, realizadas por ocasião de importantes festivais tradicionais chineses, nomeadamente a venda e queima de panchões, uma feira nas vésperas do Ano Novo Chinês e outras feiras de características especiais como a Feira da Taipa.

Até finais de 2016, o IACM emitiu 996 licenças para os vendilhões, que incluem as licenças das 210 bancas de venda de alimentos cozinhados e as 73 licenças especiais concedidas aos vendilhões de flores de Wanchai (Lapa). Neste capítulo, registou-se uma diminuição de 2,73 por cento, ou seja, menos 28 bancas relativamente a 2015.

Matadouro

De acordo com o regulamento do Governo, o abate de suínos, bovinos, caprinos e outros animais domésticos deve ter lugar no Matadouro de Macau. Uma vez que ao IACM cabe a responsabilidade de supervisionar a higiene do Matadouro, os seus veterinários e inspectores empenham-se em garantir, a todo o custo, a higiene e segurança da carne fresca que sai do matadouro para consumo humano. Todos os produtos do matadouro são sujeitos, antes e depois do abate, a exame veterinário, e só quando os resultados dos exames que lhes são feitos correspondem às normas estabelecidas e a carne reúne as exigências necessárias, podem entrar no circuito do mercado. O IACM garante, ainda, os direitos e interesses dos animais, ora prevenindo que sejam sujeitos a maus-tratos, ora supervisionando o seu processo de transporte. Quanto às carnes impróprias para o consumo humano, o IACM fiscaliza a sua destruição.

No ano de 2016, o Matadouro de Macau abateu um total de 110.312 animais, entre bovinos, suínos e ovinos.

Serviços Sociais e Bem-Estar Social

A política de acção social do Governo da RAEM consiste principalmente em promover os serviços sociais para que correspondam às necessidades reais da sociedade e apoiar os indivíduos, famílias e comunidades em situação difícil, através da estreita colaboração com as instituições populares, para recuperarem as funções sociais, aumentar a capacidade de viver e melhorarem a sua qualidade de vida. Em 2016, o Instituto de Acção Social (IAS) atribuiu apoio financeiro a 236 equipamentos sociais de diferentes tipos, investindo mais de 2258 milhões de patacas nos serviços sociais, registando-se um aumento de 12,72 por cento.

Em 2005, o Governo da RAEM começou a conceder um subsídio para idosos residentes permanentes com 65 ou mais anos que é distribuído uma vez por ano, no mês de Outubro. Em 2016, o subsídio foi fixado no montante de 8000 patacas por ano, e houve um total de 73.719 pedidos (incluindo 1657 pedidos para os subsídios devidos de anos anteriores) que satisfaziam as exigências, o que implicou uma verba orçamental superior a 588 milhões de patacas neste ano.

Instituto de Acção Social

O Instituto de Acção Social (IAS) fornece diversos tipos de serviços, nomeadamente apoio social, apoio à família e comunidade, apoio às crianças e jovens, apoio a idosos e de reabilitação, prevenção e tratamento da toxicod dependência e do jogo problemático, reinserção social, entre outros. Entre os equipamentos dos serviços sociais sob a sua tutela destacam-se vários centros, entre eles, o de Acção Social, o de Sinistrados, os de Idosos, o de Avaliação Geral de Reabilitação, o de Tratamento por Medicamentos (Metadona), o de Educação para a Vida Sadia e a Casa da Vontade Firme (serviço de prevenção e tratamento do jogo problemático).

Com a entrada em vigor da Lei n.º 2/2016 “Lei de prevenção e combate à violência doméstica” a 5 de Outubro de 2016 foram promovidas uma série de iniciativas, designadamente acções de divulgação da lei e de execução de casos de violência doméstica. Relativamente ao “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos (2016-2025)” e ao “Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio (2016-2025)” deu-se início aos diversos trabalhos de medidas a curto prazo.

Serviço de Apoio a Famílias

O Instituto de Acção Social criou cinco centros de acção social em diversas zonas de Macau para prestar serviços gerais públicos a indivíduos ou famílias em situação difícil, entre eles destaca-se o aconselhamento a indivíduos e famílias, o apoio económico, o serviço de apoio durante as 24 horas do dia, o apoio a sinistrados, e o serviço de transferência para instituições. O Instituto presta ainda, entre outros, serviços de coordenação e consultas familiares para resolução de situações familiares críticas.

Ao mesmo tempo, para ajudar as pessoas a enfrentar problemas de violência doméstica, perturbação emocional, saúde, estudo, emprego, relacionamento familiar, matrimonial ou relacionamento social, o IAS presta, entre outros, o serviço de aconselhamento individual, serviço de apoio urgente durante 24 horas ao dia e o serviço de consultas jurídicas. O objectivo principal do serviço consiste na prestação de apoio emocional e aconselhamento presencial a pessoas necessitadas. Em 2016, a Linha Aberta de Aconselhamento recebeu um total de 1167 solicitações.

Em finais de 2016, existia em Macau, um centro público de sinistrados, nove centros de serviços integrados a famílias, quatro centros de aconselhamento e de recurso, duas linhas abertas de aconselhamento geridas por organizações privadas, quatro centros de abrigo e de acolhimento temporário (dos quais três com apoios do IAS). Em 2016, o Centro de Sinistrados da Ilha Verde acolheu 26 residentes necessitados, e o Centro de Acolhimento Temporário para Desalojados prestou 1646 serviços aos residentes, ao passo que um total de 397.927 indivíduos beneficiou dos serviços prestados pelos nove centros de serviços integrados a famílias, 320.974 serviços foram prestados por quatro centros de aconselhamento e de recursos, as duas linhas abertas de aconselhamento geridas por organizações privadas prestaram um total de 16.760 serviços e os três centros de abrigo e de acolhimento temporário subsidiados pelo Governo registaram 940 serviços de internamento.

Serviços Comunitários

Em 2016, os seis centros comunitários de Macau apoiados pelo IAS prestaram 431.769 serviços a residentes, três centros de apoio comunitário apoiaram 285.648 indivíduos, as sete instalações destinados ao serviço social prestaram serviços a 531.399 pessoas e os dois projectos especializados em serviço social apoiaram outras 75.585, enquanto o IAS concedeu um total de 20.995 serviços de diversos tipos a 5754 residentes. Nomeadamente, sob as formas de ajuda financeira, orientação e aconselhamento a indivíduos ou famílias, apoio para obtenção de vagas em centros de dia, creches e lares, transferência para serviço de apoio domiciliário e serviços de emprego, entre outros. Os cinco centros de acção social e um gabinete de aconselhamento familiar do IAS, no âmbito da prossecução das suas actividades, efectuaram 11.495 entrevistas a um total de 5204 habitantes e levaram a cabo 2588 visitas a 1901 famílias. Quanto ao apoio regular, foram distribuídos mais de 243 milhões de patacas a 6973 indivíduos, pertencentes a 4456 famílias.

Para estimular a procurar e ajudar à sua reintegração no mercado de trabalho, os beneficiários dos subsídios têm à disposição o “Plano de Apoio Comunitário ao Emprego”, promovido pelo IAS e quatro organizações não-governamentais, que no final de 2016, contava com cerca de 560 inscritos. Deste total 415 receberam aconselhamento sobre emprego e registaram-se nas bolsas de contacto. E no que concerne à política de estímulo e apoio ao emprego, com o “Plano do Serviço da Vida Activa”, foram recepcionados 1058 pedidos e 410 indivíduos conseguiram com sucesso a sua colocação, em 2016.

Serviço de Apoio a Crianças e Jovens

Na RAEM existiam 51 creches em 2016, das quais 38 sem fins lucrativos (34 funcionaram com apoios do IAS) e 13 com fins lucrativos. Em Dezembro de 2016, um total de 7276 crianças estavam registadas nas creches (incluindo a tempo inteiro e parcial).

Funcionavam nove lares para crianças e jovens, sem fins lucrativos e com apoios financeiros do IAS, que facultam um bom ambiente de habitação aos órfãos, crianças e jovens abandonados, ou carentes de cuidados familiares, ou ainda jovens que se encontrem à beira de situações de crise devido a conflitos no seio do agregado familiar ou no meio social em que se encontrem inseridos, de modo a que possam receber os cuidados necessários tanto a curto como a longo prazo. Em 2016 estavam matriculados em nove lares 273 jovens e crianças.

Macau contava com quatro equipas de intervenção comunitária para jovens, cujos técnicos do serviço social se dedicaram ao apoio em regime externo, contactando e conhecendo crianças e jovens, facilmente influenciados por maus comportamentos, nomeadamente em salas de jogos, campos de futebol e restaurantes, prestando-lhes apoio para enfrentar e superar problemas de crescimento ou de inadaptação, tanto de ordem individual, como de ordem familiar e nas relações com a sociedade. Além dos serviços externos, as equipas auxiliaram na elaboração de planos de vida para os jovens, no apoio aos familiares e às crianças desadaptadas, no apoio comunitário e na prevenção da toxicod dependência. Em 2016, um total de 17.003 pessoas participaram em actividades e nos grupos organizados por estas equipas.

Existem em Macau, dois centros para apoiar os adolescentes e as famílias, através de

atividades de desenvolvimento para os adolescentes, aconselhamento e apoio aos adolescentes, educação para a vida familiar e actividade paternal, aconselhamento familiar e também apoio escolar. Em 2016, 18.412 pessoas beneficiaram destes serviços.

O IAS, única instituição de Macau com competência nesta área, tratou 52 casos de adopção em 2016. O IAS presta também apoio a menores no quadro da protecção social de menores, tendo protegido 315 menores. Por outro lado, o IAS, através de equipas de acção social de jovens comunitários, aconselha, no âmbito do Programa de Apoio Comunitário, os adolescentes de idade compreendida entre 12 e 16 anos que praticaram actos considerados pela lei como “crimes” ou “contravenções”. Em 2016, o IAS seguiu um caso relacionado com um menor.

Serviço de Apoio a Idosos

Para melhorar a situação de vida dos idosos em Macau, o Governo da RAEM continuou a ajudar, através da prestação de apoio financeiro e técnico, as associações e instituições sociais a criarem diversos mecanismos de serviços sociais e a desenvolverem a assistência comunitária, promovendo a melhoria da qualidade dos serviços, de modo a que os idosos possam receber assistência adequada e possam viver num ambiente de respeito, felicidade e dignidade, gozando de cuidados geriátricos durante os seus últimos anos de vida.

Funcionam, em Macau, 18 lares para idosos e duas instalações de serviços integrados com oferta de lares e de serviços de cuidado aos idosos com condições físicas fracas, dos quais 11 sem fins lucrativos (dez com apoios do IAS) e nove privados com fins lucrativos. A par disso, em Macau, funcionam também três centros privados de tratamento diurno e um centro de serviços integrados aos idosos com oferta de lares e de tratamento diurno, sem fins lucrativos, que, sob o apoio financeiro do IAS, prestam cuidados pessoais diurnos, aos idosos que carecem de condições para poder viver sozinhos. Para além disso, existe ainda um centro público, oito centros de dia sem fins lucrativos para idosos e 23 centros de convívio e reabilitação, dos quais um público e 22 privados sem fins lucrativos, que prestam aos idosos os serviços culturais, desportivos e recreativos entre outros.

Em 2016, 1500 idosos beneficiaram dos serviços de lares para idosos, 941 serviços de tratamento diurnos e 6128 de serviços de centros diurnos para idosos e 7085 de serviços de centros de convívio e reabilitação.

Há em Macau, cinco equipas de apoio e tratamento domiciliário e comunitário, pertencentes a três centros de dia para idosos, e a dois centros de tratamento de dia, que prestam apoio domiciliário e apoio ao cuidado para idosos mais fragilizados, que têm necessidades especiais. Os serviços podem ser básicos ou de apoio. Em 2016, as equipas prestaram um total de 742 serviços individualizados, dos quais 352 a idosos isolados e 390 a não isolados.

Por outro lado, a “Rede de cuidados continuados aos idosos” e o “Programa de apoio aos idosos isolados”, asseguram, visitas regulares, e de consolo, a idosos isolados, através de voluntários, para que os idosos possam sentir acompanhamento e atenção. Os dois programas referidos, em 2016, prestaram apoio a 2684 e a 1006 idosos, respectivamente.

O “Serviço Urgente Peng On Tung de Teleassistência Doméstica” presta auxílio 24 horas,

através da ligação dos telefones fixos da casa com a Central de Atendimento. Ao mesmo tempo está instalada neste serviço a linha aberta, denominada "Atendimento Imediato" que auxilia os idosos, incluindo apoio emocional, fornecimento de informações públicas, e visitas regulares. Em 2016, o "Serviço Urgente Peng On Tung" assistiu 4041 residentes necessitados, dos quais 1820 eram idosos em situação de isolamento.

Já em 2014 foi introduzido o "programa de avaliação da segurança domiciliária dos idosos e do financiamento para a aquisição de equipamentos", destinado às famílias em situação precária com um idoso ou dois em situação de isolamento. O plano tem por objectivo reforçar a segurança dos idosos, através da avaliação da habitação, e das instalações e equipamentos distribuídos pela habitação, como por exemplo a instalação de corrimãos na casa de banho e outros tipos de apoios. Em 2016, foram efectuadas avaliações e dadas orientações de segurança a um total de 974 famílias e montados equipamentos em 974 domicílios.

Cartão de Benefícios Especiais para Idosos

Os idosos portadores de Bilhete de Identidade de Residentes Permanentes, com idade superior a 65 anos podem solicitar o Cartão de Benefícios Especiais para Idosos. Os portadores deste documento usufruem de descontos e outros benefícios, junto das instituições públicas e empresas que colaboram com o Instituto de Acção Social. Em finais de 2016, havia em Macau, 58.548 portadores do Cartão de Benefícios Especiais para Idosos.

Serviço de Reabilitação

Em 2016, funcionavam, em Macau, nove lares, todos apoiados pelo IAS, que prestam apoios de alojamento e reabilitação, formação, actividades sociais e recreativas entre outros. Desses lares, sete ofereceram alojamento, formação, actividades sociais e recreativas a deficientes mentais ou doentes mentais crónicos já adultos e deficientes mentais e físicos com idades inferiores a 15 anos, estando outros dois deles vocacionados para alojamento temporário e auxiliar de doentes mentais reabilitados. A par disso, contavam-se ainda, nove centros diurnos sem fins lucrativos a beneficiários dos apoios do IAS que auxiliavam na aprendizagem colectiva, no treino de autonomia, na fisioterapia, nas actividades do dia-a-dia e no apoio individual a disfunções auditivas, deficientes mentais, doentes mentais reabilitados e invisuais. Em 2016, os nove lares vocacionados para deficientes facultaram alojamento a 487 pessoas, enquanto 1555 indivíduos beneficiaram do apoio de reabilitação de nove centros diurnos.

Em 2016, existiam, em Macau, cinco infraestruturas de apoio aos deficientes, ou seja oficinas, centros de formação profissional e apoio ao emprego, que beneficiaram de ajudas financeiras e auxiliaram 321 pessoas. Funcionavam, ainda, três centros de educação e de pré-escolaridade, com apoios financeiros do IAS, que disponibilizaram educação e exercícios especiais de iniciação a crianças com algum tipo de dificuldade cognitivo-comportamental, não superiores a seis anos, a crianças de um a seis anos de idade com necessidades especiais, e a crianças surdas com idades compreendidas entre um e 18 anos, ajudando as crianças no raciocínio e no desenvolvimento da capacidade linguística, de relacionamento social e de exercício físico. No ano de 2016, estes três centros de educação e de pré-escolaridade apoiaram 318 crianças.

O serviço do autocarro de reabilitação em Macau é prestado por duas instituições sem fins lucrativos, que funcionam com ajuda financeira do Governo e utilizam autocarros adquiridos através de fundos governamentais para transportar deficientes motores ou que necessitam de efectuar tratamentos de diálise renal para se deslocarem aos hospitais ou centros de saúde. Estes autocarros de reabilitação bem como o serviço de transporte médico não urgente destinam-se ao transporte entre o domicílio e o hospital de pessoas com dificuldades de deslocação. Em 2016, foram transportados 26.397 indivíduos e 6871 pessoas solicitaram transporte médico.

Actualmente há, em Macau, dois Centros de Serviços de Reabilitação Geral apoiados pelo Governo da RAEM, um deles é um Complexo de Serviços de Reabilitação de Deficientes Mentais que entrou em funcionamento em Janeiro de 2006. O dormitório do Complexo prestou acolhimento a doentes mentais masculinos e femininos com um grau de deficiência entre o ligeiro e o médio, com um intervalo etário entre os 16 e os 55 anos. Em 2016, o Centro realizou o curso anual de treino de auto-suficiência para 20 pessoas. O centro prestou ainda apoio parental para deficientes mentais e seus familiares da RAEM. Em 2016, foram atendidas 9674 pessoas. O outro Centro de Serviços de Reabilitação Geral, que presta formação profissional e desenvolvimento de aptidões, atendeu 71 pessoas.

Em 2016, o Centro de Avaliação Geral de Reabilitação, sob a tutela do IAS, que avalia deficientes motores com necessidades de reabilitação e de apoio financeiro, recebeu 86 pedidos de ajuda.

Após a entrada em vigor, em 11 de Março de 2011, do Regulamento Administrativo n.º 3/2011 "Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão", o Centro de Avaliação Geral de Reabilitação iniciou a emissão dos cartões. Até 31 de Dezembro de 2016, 16.493 pessoas requereram a emissão do cartão de registo, e 5810 pessoas solicitaram a sua renovação, tendo 12.866 obtido o respectivo cartão.

Nos termos da Lei n.º 9/2011 "Regime do subsídio de invalidez e dos cuidados de saúde prestados em regime de gratuidade aos portadores de deficiência", que entrou em vigor em 30 de Agosto de 2011, o Instituto de Acção Social atribui subsídio de invalidez aos residentes permanentes da RAEM, que são portadores de deficiência. Este subsídio é pago anualmente numa única prestação e reveste-se de duas modalidades: o subsídio de invalidez normal e o subsídio de invalidez especial. Em 2016, foram atribuídos os seguintes subsídios nos valores de 8000 patacas e 16.000 patacas, tendo 11.416 pessoas (incluindo 1061 casos de subsídio de invalidez retroactivo) sido abrangidas por estes subsídios, envolvendo no total 124 milhões de patacas.

Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência

O trabalho preventivo relacionado com o abuso de estupefacientes e substâncias psicotrópicas visa principalmente promover, junto das escolas, famílias e comunidades, acções de formação para combater a toxicodependência, prestando e divulgando aos residentes informação sobre o combate ao abuso de drogas através de palestras, cursos de formação, cartazes/folhetos, publicidades nos média, exposições, jogos de tendinhas, páginas electrónicas, linhas abertas, serviços de atendimento e actividades culturais e recreativas de diversos tipos. O IAS apoia e promove também várias associações na organização de actividades e de acções de combate à

toxicodependência através de apoio financeiro e assistência técnica.

Em 2016, um total de 3033 pessoas participaram em cursos de formação e palestras relativas à toxicodependência organizados pelo IAS. Além de organizarem para os alunos do ensino primário, cursos de educação relativos à vida sadia e à toxicodependência, o Centro de Educação para a Vida Sadia realiza, para adolescentes e residentes, diversas actividades culturais, desportivas e recreativas, divulgando informações relativas à vida sadia e à toxicodependência. Desde a sua criação, em Abril de 2016, um total de 4596 pessoas participaram em actividades do Centro de Educação para a Vida Sadia, e 19.831 alunos do ensino primário provenientes de 66 escolas participaram num curso de formação sobre estupefacientes, especialmente destinados aos alunos dos cinco aos 12 anos, enquanto 2805 alunos do primeiro ao terceiro ano do ensino secundário, de onze escolas secundárias, frequentaram o curso "Estratégias para um Cool Teen", onde são abordados os problemas e as soluções relativas à toxicodependência, especialmente concebido para os alunos do secundário.

O Centro de Tratamento da Toxicodependência e de Manutenção sob a tutela do IAS trata e reabilita toxicodependentes que voluntariamente solicitem a sua desintoxicação, incluindo com consultas externas e tratamentos contínuos de desintoxicação, dispondo ainda de um espaço destinado ao estudo e ao lazer. Em 2016, 573 pessoas usufruíram dos serviços de consulta externa de desintoxicação e reabilitação, das quais 69 foram novos casos.

Existem em Macau quatro lares particulares de desintoxicação, um de apoio a famílias de jovens toxicodependentes, um de apoio externo a jovens com historial de abusos de drogas, dois de apoios externos à desintoxicação e uma organização, que oferece auto-ajuda às pessoas reabilitadas. Todas estas unidades recebem apoio financeiro do IAS. Em 2016, estas quatro instituições atenderam um total de 73 pessoas, desintoxicaram 9858 toxicodependentes e sinalizaram 3684 jovens em situação de perigo, enquanto os serviços de auto-ajuda para a desintoxicação orientaram 2457 indivíduos na sua reinserção social.

O IAS presta também apoio financeiro e técnico a uma unidade de saúde, com clínica externa gratuita, para a abstinência do consumo do tabaco. Em 2016, ofereceram 910 consultas a 244 pessoas.

Serviço de Prevenção e Tratamento do Jogo Problemático

Divisão de Prevenção e Tratamento do Jogo problemático - a Casa de Vontade Firme é um organismo destinado especificamente ao aconselhamento de pessoas afectadas pelo problema do jogo compulsivo e à promoção da prevenção e tratamento de problemas resultantes deste vício. Em 2016, foram encaminhados para a Casa, 40 novos casos de aconselhamento (um total de 144 entrevistas) a pessoas necessitadas, recebidas 140 chamadas pela linha aberta, realizadas 20 palestras sobre a prevenção da problemática do jogo compulsivo e da gestão financeira junto da comunidade, com um total de 905 participantes. Em relação às acções de prevenção destinadas a jovens, a Casa cooperou com a Associação dos Jovens Cristãos de Macau, lançou o "Plano Sensibilizador sobre a Gestão Racional de Recursos Financeiros" e realizou 89 palestras com a participação de 3600 alunos. Além disso, em colaboração com a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos e com a Universidade de Macau, realizaram-

se actividades de jogo responsável, estabelecendo três “Postos Informativos sobre o Jogo Responsável” e seis “Quiosques Informativos sobre o Jogo Responsável” nos recintos de jogo e nos organismos de prevenção e tratamento de problemas do jogo compulsivo, com vista a informar sobre o risco desta actividade, o conhecimento do jogo responsável, a avaliação dos referidos distúrbios, o serviço de auto-exclusão e o pedido de ajuda, entre outros. No âmbito de cursos de formação, foram ministrados o “Curso para a Obtenção do Certificado Profissional de Aconselhamento em Jogos de Fortuna e Azar” o “Curso para a Obtenção de Certificado de Instrutor do Jogo Responsável”, tendo 90 pessoas obtido certificados. No quarto trimestre do ano 2016, foi ministrado, pela primeira vez, o “curso de formação para a obtenção do certificado dos orientadores do jogo responsável de Macau” para formar quadros qualificados ao nível de orientadores para operadoras de jogo, de forma a facilitar as operadoras no seu trabalho de formação dos seus empregados sobre o jogo responsável. Um total de 17 indivíduos obteve o certificado.

Serviço de Reinserção Social

O Serviço de Reinserção Social consiste na colaboração com os órgãos judiciais na execução de penas não privativas da liberdade e nas medidas a tomar (a liberdade condicional, regime de prova, suspensão da execução da pena de prisão com a condição de tratamento de desintoxicação, reabilitação judicial, substituição da multa por trabalho, suspensão provisória do processo, entre outras) e executar as medidas não institucionais (a reconciliação com o ofendido, a imposição de regras de conduta, o serviço a favor da comunidade, o acompanhamento educativo, a colocação em unidades de residências temporárias, entre outros), visando apoiar os infractores orientando-os para a correcção de comportamentos e sua reintegração social.

Com vista a apoiar eficazmente os reabilitados, o Instituto de Acção Social cria opções diversificadas, nomeadamente, o programa de inserção social comunitário destinado aos reabilitados, medidas de apoio aos reclusos antes da sua liberdade condicional e serviços de alojamento temporário. Enquanto os serviços dirigidos aos jovens infractores se concentram na sua formação individual, na educação para a legalidade, na orientação para o crescimento individual e para residência temporária, juntamente com outros jovens.

Em 2016, o IAS apoiou a reabilitação de 911 indivíduos e de 164 jovens infractores. Um alojamento temporário para reabilitados recebeu 136 indivíduos enquanto as duas unidades de residência temporária de jovens infractores prestaram apoio a 21 pessoas.

Fundo de Segurança Social

O Fundo de Segurança Social (FSS) é responsável pela execução das medidas políticas no âmbito da segurança social e gestão dos respectivos recursos.

Na sequência do envelhecimento populacional da sociedade, os residentes pedem cada vez mais uma protecção alargada para toda a população. Assim, em Novembro de 2008, o Governo da RAEM publicou a “Proposta de Consulta da Reforma do Sistema de Segurança Social e Protecção na Terceira Idade”, o conteúdo principal recai sobre o regime da segurança social denominado de dois níveis. Ou seja, através do primeiro nível do regime da segurança

social, todos os residentes de Macau podem obter protecção social básica, nomeadamente na terceira idade, para melhorar a qualidade de vida. A protecção da vida após a aposentação com melhores condições é suportada pelo segundo nível do regime de previdência central, nível que não é obrigatório.

A proposta de lei (Regime de Previdência Central não Obrigatório) de 2.º nível foi aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa no dia 21 de Junho de 2016. Após a discussão na especialidade e melhoramento de disposições da proposta de lei, o FSS esforça-se na aprovação pelo plenário da Assembleia Legislativa e por consequente, na implementação do regime.

Regime da Segurança Social

A Lei n.º 4/2010 (Regime da Segurança Social) entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011, e refere-se ao primeiro nível do regime da segurança social. Este regime funciona com base no princípio do seguro social, pay as you go. As suas receitas principais são as contribuições das entidades empregadoras, dos trabalhadores e dos participantes individuais, as taxas de contratação de trabalhadores não residentes, as comparticipações das contribuições do jogo, um por cento das receitas correntes efectivamente apuradas em cada exercício do Orçamento da RAEM e os rendimentos de investimentos privados. No intuito de assegurar a estabilidade e sustentabilidade do desenvolvimento do regime da segurança social, o FSS auferiu de uma dotação extraordinária do Governo da RAEM no valor de 37 mil milhões de patacas, que foi concluída no final de 2016.

O regime da segurança social abrange as contribuições do regime obrigatório e do regime facultativo. Os trabalhadores e empregadores que tenham relações laborais, devem pagar ao FSS as contribuições do regime obrigatório cujo valor é de 45 patacas por mês (30 patacas por empregadores, 15 patacas por trabalhadores). Os outros residentes que preencham as disposições da lei podem efectuar o pagamento de contribuições através de inscrição no regime facultativo, no valor de 45 patacas por mês, pagas totalmente por eles.

Por Despacho do Chefe do Executivo n.º 357/2016, a partir do dia 1 de Janeiro de 2017, o montante mensal de contribuições do regime da segurança social foi aumentado para 90 patacas (60 patacas por empregadores, 30 patacas por trabalhadores), sendo que o montante de contribuições do regime facultativo é de 90 patacas.

Em 2016, o total de beneficiários com pagamento de contribuições foi cerca de 359 mil, dos quais, mais de 289 mil eram trabalhadores por conta de outrem, cerca de 72 mil eram do regime facultativo (incluindo os trabalhadores da Administração Pública no activo que estejam inscritos no regime de aposentação e sobrevivência). O montante total de contribuições foi cerca de 190 milhões de patacas.

De acordo com a Lei da contratação de trabalhadores não-residentes, o empregador fica sujeito ao pagamento de uma taxa de contratação por cada trabalhador não-residente efectivamente contratado, 200 patacas por mês para cada trabalhador não-residente, pagas totalmente pelo empregador. Os empregadores que se dediquem às actividades da indústria transformadora sujeitas ao Decreto-Lei n.º 11/99/M, conforme o seu artigo 1.º, beneficiam de uma redução de 50 por cento no valor da taxa de contratação. São isentos do pagamento

da taxa de contratação os empregadores de trabalhadores não-residentes contratados para prestar serviços de natureza doméstica. Em 2016, o montante total de taxas de contratação de trabalhadores não-residentes foi cerca de 370 milhões de patacas.

Aos beneficiários que preenchem as disposições previstas na lei do regime da segurança social, podem ser atribuídas prestações, incluindo as prestações de pensão para idosos, pensão de invalidez, subsídio de desemprego, subsídio de doença, subsídio de funeral, subsídio de casamento, subsídio de nascimento e doenças profissionais respiratórias.

A partir de Julho de 2016, o montante da pensão para idosos e da pensão de invalidez aumentou para 3450 patacas por mês, adicionado dos demais subsídios, tendo as taxas de aumento médio atingido cerca de três por cento. Neste ano, os beneficiários que recebiam a pensão para idosos, eram cerca de 94 mil e o valor total de prestações da segurança social pago foi cerca de 3440 milhões de patacas, tendo a pensão para idosos (incluindo a prestação extraordinária), absorvido uma grande percentagem das despesas, o que representa cerca de 3180 milhões de patacas.

Contas Individuais de Previdência

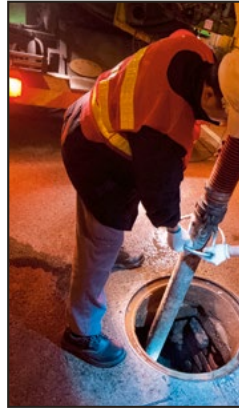
A Lei n.º 14/2012 (Contas individuais de previdência) entrou em vigor no dia 15 de Outubro de 2012. O objectivo desta destina-se a permitir a disponibilização de verbas do erário público aos residentes da RAEM, as quais visam contribuir para o aumento da protecção social e da qualidade de vida da população, particularmente dos idosos, possibilitando a constituição de bases para o regime de previdência central não obrigatório com as contribuições de empregadores e trabalhadores. A verba só pode ser atribuída ao titular da conta individual que tenha completado 22 anos de idade e permanecido pelo menos, 183 dias na RAEM durante o ano civil anterior à atribuição de verba, sendo que os titulares de contas que tenham completado 65 anos de idade ou preenchem os outros requisitos legais, podem requerer o levantamento de verba da conta individual.

Em 2016, o número total dos titulares das contas individuais de previdência foi de 565 mil, dos quais 362 mil preencheram os requisitos de atribuição de verba, o Governo da RAEM injectou 7000 patacas em cada conta individual. Os residentes que preenchem pela primeira vez os requisitos legais podem ter direito à verba de incentivo básico de só uma vez (foi designada por verba de activação), no valor de dez mil patacas, tendo-se registado, em 2016, 14 mil pessoas. Em Setembro, procedeu-se a uma atribuição de rendimentos, a cada conta individual foi atribuído, no máximo, um juro de 746 patacas.

Os titulares de contas que completaram 65 anos de idade ou preencheram os outros requisitos de levantamento de verba, podem requerer o levantamento de verba da sua conta individual. Em 2016, foram autorizados cerca de 58 mil requerimentos, o valor total de atribuição foi de cerca de 700 milhões de patacas.



Heróis sem nome





Compete à Divisão de Saneamento Básico do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais cuidar da reparação, conservação e limpeza da rede pública da drenagem de águas residuais domésticas e pluviais e de todos os órgãos associados ao seu normal funcionamento, promover e fiscalizar o funcionamento do sistema público de drenagem, incluindo a execução de novas ligações domésticas e industriais, bem como proceder à limpeza de fossas sépticas e do compartimento do filtro de gordura.

Os funcionários da Divisão de Saneamento Básico trabalham arduamente nas ruas e ruelas, contribuindo para um ambiente salubre e limpo em Macau, para que o nosso dia-a-dia se torne melhor.

